

---

# PROJETO EDUCATIVO EPIDH

## CONTEÚDO

INTRODUÇÃO .....	3
1. Missão, Valores e Visão .....	3
2. Objetivos Específicos/ Princípios e Metas .....	4
3. Oferta Formativa .....	5
4. Organização Escolar .....	6
5. Prática Pedagógica .....	7
6. Mecanismos de Recuperação em Situações de Insucesso Escolar .....	7
7. Adequação ao Mercado de Trabalho .....	8
8. Envolvimento Institucional da Escola no Tecido Económico, Social e Cultural.....	8
9. Implementação do PADDE .....	9
10. Existência de Sistemas de Garantia de Qualidade Certificados por Entidade Própria.....	9
11. Avaliação do Projeto Educativo.....	9

## INTRODUÇÃO

A ESCOLA PROFISSIONAL INFANTE D. HENRIQUE - PORTO com estatuto de natureza pública, foi criada em 1990, com características muito particulares advindas do facto de ser a única Escola a nível nacional tutelada em parceria pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Justiça. Foi transformada em Escola Pública pela Portaria 608/2000 de 17/08/2000 que estabelece quais os seus órgãos e respectivas competências.

A Escola Profissional Infante D. Henrique ocupa instalações do Ministério da Justiça – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – na Rua do Melo nº 5, na freguesia de Cedofeita – Porto. Edifícios construídos em terrenos que integraram a Quinta de Santo António das Águas Férreas, que foi propriedade de José de Sousa e Melo que, nos finais do séc. XVIII, mandou aí construir o Palácio e Capela de Santo António.

A Escola situada no centro da cidade do Porto, junto da estação do metro na Lapa, beneficia de um bom serviço de transportes.

## 1. MISSÃO, VALORES E VISÃO

Com mais de trinta anos de experiência no âmbito da formação profissional, a missão da ESCOLA PROFISSIONAL INFANTE D. HENRIQUE – PORTO definida no art. 3º da Portaria da sua criação – promoção da formação pessoal, escolar e profissional dos cidadãos socialmente desfavorecidos, nomeadamente dos que se encontram em cumprimento de medidas judiciais – faz com que se considerem como objetivos primordiais da acção educativa e formativa que desenvolve:

- a) A formação profissional orientada para a integração no mundo do trabalho;
- b) As aprendizagens de competências, valores e atitudes visando a prevenção criminal e que permitam o exercício de uma cidadania plena.

Assumindo a **MISSÃO de promover a formação pessoal, escolar e profissional de jovens**, a Escola elegeu o SABER, A QUALIDADE EDUCATIVA, A CIDADANIA E A INCLUSÃO como os seus princípios orientadores, fazendo que o seu projeto educativo conjugue o ensino com os VALORES do saber ser e do saber estar, dando substância ao “projeto de formação profissional e reinserção social, aberta a todos os alunos independentemente do estrato social a que pertencem, no âmbito do qual todos os anos procura RECEBER, INTEGRAR, FORMAR e EDUCAR, com dinâmicas que perseguem a EXCELÊNCIA, tanto no processo como nos resultados”.

Sendo a Inclusão uma marca distintiva da atividade formativa e educativa da Escola Profissional Infante D. Henrique surge agora reforçada com a implementação do Decreto –Lei nº 54/2018 e com Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

Elegendo a Escola a Cidadania como princípio orientador da sua missão, a implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania nas dimensões e princípios constantes do Decreto-Lei nº55/2018, sistematiza e enquadra as ações desenvolvidas nas áreas de competências do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, integrando princípios, valores e visão, sem desvalorizar as exigências do perfil profissional de cada curso em prossecução.

A Estratégia de Educação para a Cidadania consta de documento autónomo.

A Escola é entendida como um sítio de trabalho onde se ensina e se aprende, não só competências para saber fazer, mas também valores como a tolerância e a solidariedade, a disciplina e a justiça, a segurança e a paz e princípios para aprender a viver com dignidade e liberdade, para que no exercício de uma cidadania plena os direitos e deveres se conjuguem de forma harmoniosa e responsável.

As oportunidades de formação estão disponíveis para ambos os sexos. Na seleção e admissão feita pela Escola é dada preferência aos candidatos em contacto com o sistema de administração de justiça ao nível da jurisdição tutelar ou da jurisdição da proteção, o que atribui à Escola responsabilidades ao nível da prevenção criminal e da educação para o Direito.

As situações de insucesso escolar, ou retorno à Escola, são discriminadas positivamente na admissão de formandos para os cursos desenvolvidos na Escola Profissional Infante D. Henrique.

Como qualquer instituição deve projetar o futuro e deve ter uma **VISÃO** do rumo que pretende seguir.

**Na execução do seu projeto educativo a Escola continua a desenvolver esforços para ser uma escola de excelência e referência, no ensino profissional em Hotelaria e Restauração, atentas as mais-valias ao nível da qualidade das instalações, da larga experiência no ensino profissional dos seus professores, das entidades enquadradora de FCT e às dinâmicas pedagógicas implementadas.**

## 2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ PRINCÍPIOS E METAS

Para a prossecução dos seus objetivos no âmbito da atividade educativa e formativa, que oferece aos seus alunos, estão definidos **princípios orientadores** – do saber, da qualidade educativa, da cidadania e da inclusão.

Neste contexto procura:

- a) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e técnica, capaz de os preparar para o exercício de uma profissão, permitindo-lhes ter a perceção e compreensão da utilidade das aprendizagens.
- b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a Escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do meio envolvente e do tecido empresarial das áreas de formação em desenvolvimento.
- c) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, desencadeando processos de organização de diferentes serviços, na ótica da produtividade e da qualidade, aumentando o grau de visibilidade da ação educativa e formativa.
- d) Promover soluções formativas flexíveis e dinamizar projetos que mobilizem os alunos, permitindo-lhes afirmar as suas capacidades pessoais.

Em síntese, na sua atividade educativa e formativa procurará:

\* Proporcionar formação integral aos seus alunos, implementando a Estratégia de Educação para a Cidadania nas dimensões:

A – Competências pessoais e sociais enquadradas numa cultura de democracia;

B – Pensamento crítico e criativo;

C – Competências de participação ativa, plural e responsável;

D – Conhecimentos no âmbito de um conjunto de domínios essenciais ao exercício de cidadania.

\* Praticar um ensino/formação com seriedade, rigor e qualidade atento o perfil do aluno à saída de escolaridade obrigatória assim com o perfil profissional de cada curso;

\* Ter um papel ativo na formação de profissionais de um setor económico em crescimento;

\* Acompanhar o percurso profissional dos discentes em contexto de pós-formação, por meios formais e informais, percecionado e dando respostas às suas motivações e necessidades.

A escola busca com o prosseguimento da sua atividade formativa responder à procura cada vez maior de mão-de-obra técnica qualificada no setor da hotelaria e restauração, dando resposta às solicitações das unidades hoteleiras de referência no mercado com quem mantém protocolo de colaboração ao nível da formação em contexto de trabalho.

Neste contexto e face à diminuição de candidatos aos cursos ministrados na escola, importa dar especial atenção à **DIVULGAÇÃO** das ações decorrentes deste projeto educativo, em articulação com as entidades parceiras, e sequente divulgação por diferentes formas e meios, no sentido de dar resposta às solicitações do mercado e da divulgação da excelência da formação desenvolvida.

### Metas

Nº	INDICADOR	3 anos
1	Taxa de conclusão dos cursos	75%
2	Taxa de empregabilidade de antigos alunos (1 ano após conclusão do curso)	60%
3	Valor médio global obtido nos questionários de satisfação das empresas	96%
4	Nº diplomados que prosseguiram estudos após 12 meses/Nº diplomados total	16%

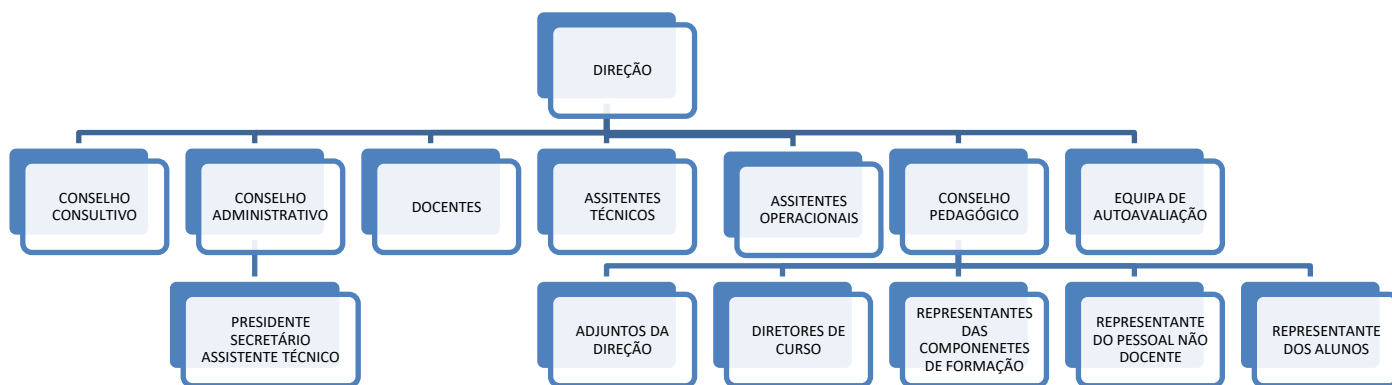
## 3. OFERTA FORMATIVA

Anualmente abrem os cursos profissionais Técnico de restauração-cozinha/pastelaria -nível IV e Técnico de restauração – restaurante/bar- nível IV com a duração de três anos que conferem o 12º ano de escolaridade.

Os Cursos de Educação Formação tipo-2 de cozinha e/ou restaurante-bar também integram a oferta formativa da Escola Profissional Infante D. Henrique, tem a duração de 2 anos e conferem o 9º ano de escolaridade.

## 4. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

### 4.1 Organograma



### 4.2 Articulação entre as estruturas

A comunicação com as diferentes estruturas e elementos, emanada da direção, sob a forma de aviso comunicados ou convocatórias, ocorrem via digital, por meio das plataformas em uso na escola e/ou, de forma física, afixada nos lugares de estilo da EPIDH.

Na comunicação externa, recorre-se aos meios físicos e digitais comuns e por via do site [www.epidh.pt](http://www.epidh.pt).

Os professores reúnem com a Direção, ordinariamente, no início do ano, para acolhimento de explicitação das normas e orientações instituídas, incluído a indicação dos documentos orientadores e entrega de horários, e no final de cada período letivo, em RGD, para refletir sobre a atividade desenvolvida, avaliar as ações e atividades desenvolvidas e redefinir estratégias de atuação e implementação da atividade, para o período letivo seguinte ou para o ano letivo subsequente, na prossecução dos objetivos do PE e do cumprimento dos planos curriculares. Estas reuniões ocorrem extraordinariamente sempre que necessário.

Os Conselhos de Turma reúnem no final de cada período letivo de forma ordinária ou extraordinariamente sempre que necessário, no cumprimento das competências que lhe são conferidas pela legislação.

A EMAEI reúne ordinariamente uma vez por período e, extraordinariamente, sempre que necessário.

As reuniões com o Pessoal Não Docente ocorrem no início do para distribuição de serviço e sempre que as circunstâncias o exijam para avaliação e reajuste de procedimentos e atividades.

## 5. PRÁTICA PEDAGÓGICA

As componentes de formação, as disciplinas e cada um dos módulos que as constituem, bem como a formação em contexto de trabalho e os projetos desenvolvidos, funcionam de forma articulada e coerente, visando o mesmo objetivo: a aquisição das competências definidas no perfil de desempenho à saída do curso assim como no perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

A Escola promove o APRENDER FAZENDO conjugando os três níveis do saber: Saber – saber; Saber-fazer; Saber - ser/estar com princípios como:

Flexibilidade – no âmbito do ensino profissional, a matriz curricular é suscetível de ser contextualizada, recriada e adaptada aos projetos educativos/formativos. A flexibilidade está patente na diferenciação pedagógica consubstanciada em ritmos diferentes, em atividades concretas adequadas aos alunos de modo a que todos possam atingir os mesmos objetivos.

Flexibilidade quanto às estratégias e metodologias que proporcionam a aquisição de um conjunto de conhecimentos, de capacidades e atitudes que têm a ver não só com o adquirir desses conhecimentos, mas também com o modo como os utilizam, como revelam a aquisição do saber, como valorizam o saber fazer.

Adaptabilidade – a concretização do currículo é feita a partir de uma matriz definida pela administração como proposta curricular de base, que a escola deve trabalhar em função do seu PEE. A escola deve construir o seu currículo em função do contexto em que está inserida, do perfil profissional dos seus cursos, das características biopsicossociais dos seus formandos, dos recursos físicos e materiais disponíveis e das suas experiências e da sua cultura.

*Segundo Apple "o conhecimento é socialmente construído e, como tal, os conteúdos serão qualitativamente melhores quando incorporarem os diferentes saberes e diversos pontos de vista".*

Coerência – as competências definidas para o perfil profissional de cada curso, devem ser trabalhadas de forma coerente e partilhada pelas diferentes componentes.

James Beane fala da importância de se desenvolver um currículo concreto, definindo-o como algo que “faz sentido como um todo e cujas peças quaisquer que sejam, estão unidas e ligadas pelo sentido da totalidade”.

Eficácia – impacto da ação educativa sobre um grupo de alunos, capacidade de diminuir as desigualdades entre os alunos e oferecer mais oportunidades de aprendizagem de forma diferenciada e conforme as necessidades de cada um.

A escola eficaz promove o êxito educacional dos alunos e reduz as diferenças existentes entre eles.

## 6. MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO EM SITUAÇÕES DE INSUCESSO ESCOLAR

A avaliação decorrente da estrutura modular previne situações prolongadas de insucesso. Quando este se revela inevitável, são tentadas estratégias pedagógicas que motivem os alunos para as aprendizagens. É de relevante importância a adequação dos diversos conteúdos aos conhecimentos e competências exigidas pelo perfil profissional da área de formação, pelo que se implementam planificações interdisciplinares e se realizam atividades integradoras e unificadoras das diferentes disciplinas.

A criação de momentos de recuperação de módulos passa por segundas avaliações ou por épocas especiais de recuperação/exames, após a implementação de aulas de apoio e por planos de reposição das aulas justificadas em falta.

A promoção da responsabilização dos alunos no equilíbrio e gestão dos seus próprios módulos tornou-se também elemento de trabalho central na EPIDH.

## 7. ADEQUAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

A Escola oferece formação técnica de qualidade reconhecida e que visa um ingresso bem-sucedido no mercado de trabalho à data de conclusão dos cursos. Possui equipamento e instalações específicas bem equipadas para a lecionação dos cursos, entre as quais se destacam duas cozinhas e dois restaurantes pedagógicos para a realização dos almoços pedagógicos e serviços diversos, que garantem a realização regular e eficiente de práticas simuladas do exercício da profissão.

A adequação dos referenciais de formação das componentes socioculturais e científica é garantida através de reuniões frequentes dos Conselhos de Turma, e da interação Diretores de Curso - Conselho de Turma - Direção Pedagógica, e da implementação de planificações interdisciplinares, em que os saberes das diferentes disciplinas contribuem para dar conteúdo ao perfil profissional do curso e para a formação integral de técnicos mais aptos para o exercício da profissão.

Para além dos conteúdos previstos nos referenciais das suas disciplinas, os professores incluem nas suas planificações conteúdos e atividades do âmbito do perfil profissional dos cursos assim como do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória

## 8. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA ESCOLA NO TECIDO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL

A ESCOLA constitui um desafio permanente para quem nela trabalha que além de ensinar, quase sempre, tem que encontrar estratégias para que os alunos gostem de aprender, aprendam a estar na Escola ou gostem de vir à Escola.

O desenvolvimento das atividades de complemento curricular, e a participação em projetos e concursos são contributo significativo, e até por vezes determinante, para a formação integral dos alunos e para a descoberta das suas potencialidades, para o desenvolvimento das suas aptidões e para reforçar os conhecimentos e competências que integram o perfil profissional de cada curso bem como o perfil do aluno à saída de escolaridade obrigatória. São momentos que permitem ao aluno, enquanto pessoa e aprendiz, evidenciar, perante os outros na comunidade, as suas qualidades pessoais e profissionais, gerando uma motivação intrínseca e, em efeito de disseminação, a motivação dos restantes elementos da comunidade escolar.

No início de cada ano letivo, atentas as propostas dos professores, e a capacidade de execução da Escola é aprovado o Plano Anual de Atividades, que muitas vezes é alterado, com a junção de outras iniciativas consideradas importantes para a prossecução do projeto educativo da Escola Profissional Infante D. Henrique.

É objetivo da Escola desenvolver e aprofundar o trabalho colaborativo que tem existido com as Confrarias Gastronómicas, designadamente com a “CONFRARIA DO INFANTE E GASTRONOMIA DAS DESCOBERTAS” que tem o “objeto de promover e divulgar o estudo da influência dos Descobrimentos Portugueses na gastronomia, no que concerne ao receituário, técnicas de conservação e confeção, objetos e utensílios, podendo constituir-se instrumento pedagógico/formativo para os alunos da EPIDH”.

Instrumento pedagógico que deve promover a convivialidade e a socialização à volta da mesa, em redor do que é da mesa, enquanto veículo integrador e promotor da coesão e igualdade, entre os ex-alunos, os atuais e os futuros formandos da EPIDH contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis e informados, em suma promovendo o exercício de uma cidadania plena.



No âmbito da responsabilidade social, a Escola procura sensibilizar os seus alunos para a importância do bem-estar e da sustentabilidade da vida em sociedade, promovendo a colaboração com instituições da comunidade visando:

- Contribuir para que os alunos interiorizem valores e princípios;
- Suscitar, nos jovens, a consciência da sua responsabilidade social e participação cívica;
- Promover a interação entre gerações com a partilha de saberes e afetos.
- Valorizar o território designadamente na promoção e divulgação dos produtos do mar e da terra na gastronomia regional Portuguesa.

## 9. IMPLEMENTAÇÃO DO PADDE

O Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da EPIDH, implementado a partir de janeiro de 2022, decorre do PE-EPIDH e promove a sua implementação, na prossecução dos objetivos neles inscritos e das ações que dele advêm, propostas quer nos Planos Curriculares dos cursos ministrados quer no Plano Anual de Atividades – suas ações e projetos – aditando a dimensão digital. A três dimensões - Pedagógica, Tecnológica/Digital e Liderança/Organizacional - nele inclusas enformam a ação educativa da EPIDH, com especial incidência na comunicação, na construção do conhecimento partilhado, na orientação e autorregulação das aprendizagens, no aprender para a vida, no acesso a equipamentos e comunicação digital, na colaboração, participação, desenvolvimento pessoal e profissional e da integração e colaboração com as entidades externas.

Em suma, dá-se especial relevância ao digital como forma de colaboração institucional e inter-pares, motivando, essencialmente, a celeridade dos processos e o desenvolvimento de competências.

## 10. EXISTÊNCIA DE SISTEMAS DE GARANTIA DE QUALIDADE CERTIFICADOS POR ENTIDADE PRÓPRIA

Foi implementada no ano de 2016 a CAF Educação 2013 – Estrutura Comum de Avaliação. Sendo uma ferramenta de Gestão da Qualidade a CAF permitiu realizar a autoavaliação da Escola, o modo como está organizada, como são geridos os recursos e como são prosseguidos os seus fins – Educação e Formação. A CAF foi implementada na EPIDH por uma entidade externa.

EQAVET – Quadro de Referência Europeu para a Educação e Formação Profissional, obtido o selo a três anos de garantia de qualidade, a 24/06/2021, a EPIDH está a dar continuidade à implementação deste sistema de garantia de qualidade, onde o PIAR é lema a todos os níveis - macro, meso e micro - com vista a assegurar a melhoria contínua na prestação do serviço educativo e formativo.

Integra a rede das escolas do Serviço de Apoio à Melhoria das Escolas - SAME - da Universidade Católica.

## 11. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Ações educativas decorrentes do PE tem avaliação, nos diversos níveis – micro, meso e macro – em diferentes momentos: no decurso do desenvolvimento das aprendizagens em cada unidade, módulo ou UFCD, trimestralmente, em sede de Conselho de Turma e de Reunião Geral de Docentes, anualmente, em sede de RGD. Em todos os momentos, se apreciam resultados e se redefinem estratégias de atuação, atentos os objetivos definidos, as ações desenvolvidas e as metas estabelecidas a longo prazo.

**Indicadores de análise trimestral:** número de alunos/turma, taxas de desistência, assiduidade, número de módulos com aprovação/em atraso, grau de eficácia das ações desenvolvidas, as taxas de conclusão e empregabilidade.

---

Estes indicadores são importantes para discussão em reuniões de Conselho de turma, Conselho Pedagógico, Reunião Geral de Docentes e outros fóruns, no sentido de se encontrarem estratégias de ensino/aprendizagem, que possam contribuir para melhorar os indicadores de desempenho.

**Indicadores de análise anual/ciclo:** número de alunos transferidos ou encaminhados para outras estruturas educativas e formativas; taxa de alunos com mais de 18 anos que desistem/são excluídos por faltas; taxa de conclusão dos cursos; taxas de empregabilidade; valor médio de satisfação das entidades empregadoras; taxa de diplomados que prosseguem estudos.

Na sequência desta avaliação progressiva e sequentes reformulação, planificação e implementação, é revisto o PE, findo o prazo de vigência.

Revisto e aprovado pela Diretora a 20 de julho de 2023.

A Diretora  
Dr.ª Olga Sá